



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 115

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1.º — ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Minas Gerais (veto total);

2.º — ao Projeto de Lei nº 2.594-B-65 na Câmara e nº 33-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);

3.º — ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2.º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro veto
1	1.º	Totalidade do projeto.
		Segundo veto
2	2.º	Do art. 3.º as palavras: "nos quadros das representações diplomáticas e consulares";
3	2.º	Do art. 5.º as palavras: "e responsabilidade do serviço";
4	2.º	Do art. 5.º as palavras: "e expansão";
5	2.º	Do art. 5.º as palavras: "em cada país";
6	2.º	Do art. 5.º as palavras: "em comissão pelos Chefes de Missões".
		Terceiro veto
7	3.º	Art. 3.º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.956-C-65 na Câmara e nº 144-65 do Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidade com fundamento no art. 2.º da Emenda Constitucional nº 14.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1		Da alínea "b" do item I do art. 1.º a expressão: "(Lei nº 2.550, art. 58)".
2		Da alínea "n" do item I do art. 1.º as palavras: "e de cuja decisão definitiva não hajam recorrido ao Poder Judiciário".
3		Da alínea "i" do item I do art. 1.º as palavras: "desde que o motivo da condenação os incompatibilize, também, para o exercício do mandato eletivo em face da Constituição, da Emenda Constitucional nº 14 ou desta Lei".

- 4 Da alínea "l" do item I do art. 1.º as palavras: "sido condenados por haver".
- 5 Do item IV do art. 1.º a palavra: "definitivamente".
- 6 Do art. 4.º as palavras: "contínuos ou não, decorridos em qualquer período anterior à data da eleição".

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais):

1.º — ao Projeto de Lei nº 2.663-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;

2.º — ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.), que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro Veto
nº 1	1.º	Do art. 3.º a palavra: "adicional".
2	1.º	Do art. 3.º as palavras: "o imposto de".
3	2.º	Do art. 3.º as palavras: "durante o exercício de 1965".
		Segundo Veto
4	2.º	Do art. 2.º as palavras: "acrescido da metade da taxa prevista para a infração nos doze meses subsequentes".
5	2.º	§ 2.º do art. 2.º (totalidade).
6	2.º	Alínea "b" do art. 5.º (totalidade).
7	2.º	Da alínea "c" do art. 5.º as palavras: "salvo nos casos de prévio aumento de tarifas ou de subvenção ou auxílio especial para pagamento da majoração".
8	2.º	Do § 1.º do art. 6.º as palavras: "por maioria absoluta dos seus membros".

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição e do art. 1.º n.º IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, à realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 3, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dias 19 e 24 de agosto, às 21.30:

Dia 25 de agosto, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (veto parcial);

Dia 25 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.956-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (veto parcial);

Dia 26 de agosto às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (veto parcial);

Dia 31 de agosto, às 21.30:

Dia 1º de setembro às 9.30 e às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (veto parcial);

Dia 2 de setembro às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.193-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 382-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961 que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 15 de setembro às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médica aos idosos (veto parcial);

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 139,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39-
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 33-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial);

SENADO FEDERAL

EM 23 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO
MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Pedro Carneiro.
Lobão da Silveira.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Pessoa de Queiroz.
Silvestre Péricles.
Júlio Leite.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Benedito Valladares.
Padre Calazans.
Celso Branco.
Guido Mondin.
Mem de Sá — 15.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagem do Sr. Presidente da República, de restituição de autógrafos de projetos sancionados.

Mensagem nº 637-65 (nº de origem 623-65), de 18 do mês em curso — autógrafos do Projeto de Lei número 134-65 (nº 2.901-B-65, na Casa de origem), que dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências — (Projeto que se transformou na Lei nº 4.755, de 18 do mês em curso);

Mensagem nº 37-65 (nº de origem 624-65), de 18 do mês em curso — autógrafos do Projeto de Lei número 128-65 (nº 968-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de impostos, taxa e emolumentos para um automóvel doado a Edson Arantes do Nascimento pela firma "Auto-Henckes" de München, Alemanha — (Projeto que se transformou na Lei nº 4.756, de 18 do mês em curso);

Mensagem nº 338-65 (nº de origem 626-65), de 19 do mês em curso — autógrafos do Projeto de Lei número 143-65 (nº 2.908-A-65, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que aprovou o Orçamento Geral da União, para o Exercício de 1965 — (Projeto que se transformou na Lei nº 4.758, de 19 do mês em curso).

MENSAGEM — Dr. Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 339, de 1965

(Nº 627, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal.

Los termos do art. 205, § 1º, combinado com o art. 63, inciso I, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do Senhor Antônio Delfim Neto para preencher vaga atualmente existente no Conselho Nacional de Economia.

Os méritos do Senhor Antônio Delfim Neto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam de seu anexo "curriculum vitae".

Brasília, 20 de agosto de 1965. —
N. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ANTÔNIO DELFIM NETTO

Dados Pessoais

1. Nascimento: São Paulo, em 1º de maio de 1928.

2. Filiação: José Delfino e Maria Delfim.

Possui os seguintes Diplomas:

1. Economista, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

2. Livro-Docente da Cadeira de Estatística Econômica, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

3. Professor Catedrático, por concurso, da Cadeira de Economia IV (Análise Macroeconômica I; Contabilidade Nacional; Teoria do Desenvolvimento Econômico; Economia Brasileira; Programação Econômica; Planejamento Governamental) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

Participação em Conselhos e Comissões

Membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, como representante da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Membro do Grupo de Planejamento do Governo Carvalho Pinto.

Membro do Conselho do Fundo de Expansão da Indústria de Base.

Membro do Conselho Técnico da Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Membro do Conselho do Serviço Estadual de Mão-de-Obra da Secretaria do Trabalho.

Membro do Conselho Técnico Consultivo de Assuntos Econômicos e Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Membro do Conselho Consultivo do Planejamento CONSPLAN, na qualidade de economista.

Diretor Técnico da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES).

Chefe do Departamento Econômico da Comissão da Bacia Paraná-Uruguai (CBPU).

Membro do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Consultor do Instituto de Economia "Gastão Vidigal".

Livros

O Trigo no Brasil. Em colaboração, 1958.

Capítulos: Sobre o Comércio Exterior Sobre a Procura do Trigo.

O Mercado do Açúcar no Brasil. Em colaboração, 1958.

Capítulos: As Possibilidades de Ampliação da Exportação Brasileira do Açúcar.

Estimativa da Procura de Equipamentos.

O Problema do Café no Brasil, 1959. Sobre alguns Problemas do Planejamento para o Desenvolvimento Econômico. São Paulo, 1964.

Artigos

1. "A Tendência Estacional do Preço do Algodão Paulista no Período 1910-1950", Revista dos Mercados, julho de 1952.

2. Rendimentos Reais dos Títulos Públicos Federais em São Paulo, 1944-1951, Revista dos Mercados, fevereiro de 1953.

3. "Considerações sobre a Depreciação Cambial I", Revista dos Mercados, maio de 1953.

4. "Considerações sobre a Depreciação Cambial II", Revista dos Mercados, junho de 1953.

5. "A Lei de Pareto e o Imposto de Renda em 1951 no Brasil", Revista dos Mercados, agosto de 1955.

6. "O Problema do Algodão", Revista dos Mercados, novembro de 1953.

7. "Linhas Gerais da Determinação Estatística da Renda Nacional", Revista dos Mercados, janeiro de 1954.

8. "O Algodão Brasileiro na Atual Conjuntura", em colaboração sendo apresentado ao Congresso Internacional de Algodão, realizado em São Paulo e publicado na Revista dos Mercados, março de 1954.

9. "O Café Brasileiro no Mercado dos Estados Unidos, 1923-1939 — Determinação da Elasticidade de Substituição", Revista dos Mercados, março de 1954.

10. "Uma Tabela para o Cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas", Revista dos Mercados, outubro de 1954.

11. "A Política Fiscal e Creditícia do Governo", Revista dos Mercados, dezembro de 1954.

12. "A Comercialização da Carne no Estado de São Paulo", monografia inscrita no volume IV do Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo, 1954.

13. "O Sistema de Taxa Flexível de Câmbio e o Brasil", Revista dos Mercados, fevereiro de 1955.

14. "Observações sobre o Conceito de Elasticidade", Revista dos Mercados, março de 1955.

15. A Curva de Procura do Café no Mercado Norte-Americano, 1923-1952, Revista dos Mercados, maio de 1955.

16. "Algumas Considerações sobre o Problema Cafeeiro", edição mimeografiada, maio de 1955.

17. "Nota sobre as Condições de Estabilidade da Taxa Cambial", Revista de Ciências Econômicas, Ano III, dezembro-março de 1955.

18. "A Lei do Imposto de Renda e suas últimas Modificações", Revista dos Mercados, janeiro de 1957.

19. "Apreciação Preliminar de Alguns Aspectos da Reforma Tarifária", Revista de Ciências Econômicas, nº 77, junho de 1957.

20. "Reforma Tarifária", Revista de Ciências Econômicas, junho de 1957.

21. "Apreciação da Nova Política Cafeeira", Revista dos Mercados, julho de 1957.

22. "O Preço do Café e as Especificações dos Importadores", Digesto Econômico, nº 137, setembro-outubro de 1957.

23. "Algumas das Origens das Atuais Dificuldades do Comércio", Digesto Econômico, nº 139, janeiro-fevereiro de 1958.

24. "Problemas de Acôrdo Internacional do Café", publicado na edição comemorativa do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro e transcrito no "Digesto Econômico", nº 140 e no "Correio Paulistano" de São Paulo, março-abril de 1958.

25. "Política Cafeeira", Digesto Econômico, nº 142, julho-agosto de 1958.

26. "Nota sobre o Desenvolvimento do Processo Inflacionário no Brasil", Digesto Econômico, nº 143, setembro-outubro de 1958.

27. "Esperança e Realidade sobre a Concorrência Africana", Revista dos Mercados, outubro de 1958.

28. "O Acôrdo Internacional do Café", Digesto Econômico, nº 144, novembro-dezembro de 1958.

29. "Uma Nota sobre a Equação de Diferenças Finitas que Descreve o Modelo Celso Furtado", Revista dos Mercados, (transcrito in "Econômica Brasileira", nº 1-2), dezembro de 1958.

30. "Um Gráfico para o Cálculo do Preço da Saca de Café na Safra 1958-1959", Revista dos Mercados, 1958.

31. "Nota sobre a Estrutura Agrária da Lavoura Paulista", Revista de Ciências Econômicas, nº 2, 1960.

32. "Sugestões para uma Política Cafeeira", Revista de Ciências Econômicas, nº 1, março de 1962.

33. "As Informações sobre a Agricultura num Programa de Desenvolvimento Econômico", Revista de Ciências Econômicas, nº 2, junho de 1962.

34. "Problemas do Desenvolvimento Econômico Brasileiro", Digesto Econômico, nº 165, junho de 1962.

35. "Política e Desenvolvimento", Convênio, novembro de 1962.

36. "Nota sobre o nível do Salário que Maximiza a Renda Quando a Produtividade Marginal da Mão de Obra é Nula", Revista de Administração, nº 31, dezembro de 1963.

37. "Nota sobre Alguns Aspectos do Programa Agrário", Temas e Problemas, nº 1, 1964.

Monografias não Publicadas

O Método Científico na Economia, 1956.

O Comércio Exterior do Brasil: Prováveis Consequências de uma Política de Auto-Suficiência em Matéria de Trigo.

Industrialização do Vale do Itajaí, 1958.

Estudo do Mercado de Café Torrado e Moído em São Paulo. Em colaboração, 1955.

Controle de Estoque. Quantidade Ótima de Compra numa Economia com Inflação, 1956.

Conferências

1. Perspectivas da Cafeicultura Brasileira — Publicada na série "Problemas Brasileiros — Estudos de Educação Econômico-Social do Brasil", dezembro de 1956.

2. O Café no Brasil — Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, sessão de 19.9.1958, do Conselho de Política da Agricultura, setembro de 1958.

3. O Problema da Medida do Ciclo Econômico na Década dos 20 — Conferência pronunciada na Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas, 14 de outubro de 1959.

4. Sobre o Rumo do Poder Econômico — Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 24 de agosto de 1961.

5. Sugestões para uma Política Cafeeira — Curso Intensivo do Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico Cepal-DOAT, Rio de Janeiro, setembro de 1961.

6. Comércio Internacional e Câmbio — Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 14 de setembro de 1961.

7. Economia Cafeeira — Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 21 de setembro de 1961.

8. A Situação do Café — Instituto Brasileiro do Café, maio de 1962.

9. Introdução ao Marxismo — Auditor da Associação Comercial de São Paulo, 28 de junho de 1962.

10. Desenvolvimento e Industrialização — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNP, 15 de outubro de 1962.

11. Desenvolvimento e Comércio Internacional — Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 10 de novembro de 1962.

12. O Desenvolvimento Econômico do Brasil e seus Problemas — Auditório do Colégio Oswaldo Cruz, 27 de novembro de 1962.

13. Perspectiva Crítica do Pensamento de Marx — Auditório da Associação Comercial de São Paulo, 5 de dezembro de 1962.

Artigos em Vias de Publicação

1. "O Cálculo da Relação Produto-Capital no Brasil", a ser publicado na Revista de Administração, nº 32.

2. "Comentários sobre a Análise da Agricultura no Plano de Ação Econômica do Governo".

3. "Inflação e Déficit Orçamentário".

4. "A Política Cafeeira para a Safra 1965-1966", a ser publicado pela Revista "Temas e Problemas", nº 4.

Conferências Internacionais

1. Conferência da The Brookings Institution, em Montevideo, maio de 1964.

2. Congresso Internacional de Empregados, na Cidade do México, em outubro de 1964.

3. Conferência da The Brookings Institution, em Bogotá, outubro de 1964.

4. Conferência Internacional de Economia, em São Paulo, novembro de 1964.

5. Reunião no F. M. I. e no BIRD, em Washington, em fevereiro-março de 1965, para discussão de problemas dos países subdesenvolvidos.

6. Conferência da The Brookings Institution, em Buenos Aires, junho de 1965.

A Comissão de Economia.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.

I — do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso AP-nº 129, de 17 de agosto com referência ao Requerimento nº 286-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

II — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso nº GM-Br 1.104, de 18 de agosto, com referência ao Requerimento nº 296-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO

DE LEI DA CÂMARA

Nº 160, de 1965

(Nº 3.027-B-65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos serviços do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente — do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São transferidos para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), os cargos dos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB), que, à data da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, eram providos por

funcionários que tinham exercício naquele Departamento.

Art. 2º São igualmente transferidos para o ETUB os cargos dos servidores do DASP que, à data da Lei número 4.402, de 10 de setembro de 1964, estavam ocupados por funcionários com exercício naquele Escritório.

Art. 3º É assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de que trata a presente lei o direito de optarem, perante o DASP, expressamente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, pela situação em que desejarem permanecer.

Art. 4º Até 30 (trinta) dias após o recebimento das opções, o DASP deverá elaborar o decreto de transferência dos funcionários que o requererem.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, nos termos do art. 102-A do Regimento.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, de 1965

(Nº 3.032-B-65, NA ORIGEM)

Concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra, a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão concedida por esta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, nos termos do art. 102-A do Regimento Interno.

PARECER Nº 1.023, DE 1965

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 1964 (nº 508-B-59, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para o fim que especifica.

Relator: Sr. Lopes da Costa.

Em virtude de requerimento (número 202-65), de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho Filho, foi remetido a esta Comissão o presente projeto, oriundo do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para atender aos pagamentos correspondentes à aquisição de doze navios de carga, série CIMA VI, tipo Rio.

A Comissão de Finanças desta Casa, examinando a proposta, deu-lhe parecer favorável, sob dois fundamentos: 1º a importação se criava sem câmbio favorecido, e foi consequência do que dispõe a Lei número 1.518-51, que autorizou operação de crédito até o limite de US\$ 750 milhões, destinadas ao reaparelhamento do sistema de transportes, recursos esses cobertos por modificação anterior da legislação do imposto de renda (adicional, Lei nº 1.474-51). 2º O segundo fato se prende aos créditos negativos apresentados pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, empresa a que foram vinculados os referidos navios.

Examinado o mérito, cumprem-nos apenas aprovar o projeto, porquanto os vários fatores que conduziram ao seu implemento da Costeira são de ordem institucional e, cremos, seria impertinente aqui sua análise. Senão, vejamos.

Naquela época, 1958, os estudos sobre o sistema de transportes indicavam a necessidade de aumento de veículos, e foram adquiridos os doze cargueiros, construídos em 1945, com apenas três anos de serviço efetivo, conforme atestado pelas autoridades americanas.

Além da entrega imediata, as vantagens da aquisição se orientavam no sentido de serem apropriados ao tráfego da cabotagem nacional, pois, navios semelhantes vinham há anos servindo a contento na frota do Lóde Brasileiro. Já havia, por conseguinte, tripulações adestradas na sua operação, além de outra dimensão administrativa, a padronização. De outra parte, a hipótese de fornecimento pela indústria europeia ou japonesa demoraria, no mínimo, de dois a três anos.

A análise custo-benefício, a curto prazo, nos faz lembrar que cada navio foi adquirido por cerca de US\$ 700 mil, ou seja, em moeda nacional da época, Cr\$ 32 milhões aproximadamente. Esse preço correspondia a 35% do custo de construção, e foi fixado, em caráter geral, no "Merchant Ship Sales Act", de 1949, do Congresso dos Estados Unidos, de vez que constituíam reserva bélica daquele país.

O aumento da capacidade da frota nacional, com essa incorporação, foi de 700 mil toneladas DWT. Imaginava-se que os novos navios poderiam movimentar cerca de 400 mil toneladas de carga, reduzindo substancialmente a cabotagem por navios estrangeiros, e produzindo uma receita da ordem de mais 200 milhões de cruzeiros anualmente.

Esse era o equacionamento da oferta de transportes, além de medidas paralelas para independência desse setor industrial. A abertura do ciclo econômico brasileiro acentuava no setor naval a demanda de transporte, um crescimento na ordem de 300 mil toneladas anuais. Poder-se-ia alegar que, a longo prazo, tal série histórica não fornecia uma relação de causa e efeito, que o modelo teórico de crescimento do mercado interno através da cabotagem era fictício, daí a deterioração do sub-sistema aquaviário. Na verdade, a concentração econômica, retrospectiva e prospectiva, vinha solicitando os meios terrestres, em particular, o rodoviário. Este método de abordagem, todavia, não foi quantificado suficientemente e não explica, além de uma dúvida razoável, a situação de incertezas das empresas de navegação. Ao contrário, uma contradição básica se filtra no esquema teórico, qual seja: o custo dos serviços ferro e aquaviários tem, em sua composição, grande percentagem de mão-de-obra. Mas, sua substituição por equipamento, nas economias em desenvolvimento, geram desemprego. Ora, se supõe que partimos para a integração de um mercado onde há inferência é a de que somente se torna possível a capitalização quando através de um tipo de desenvolvimento chamado "trabalho intensivo", concebido por utilizar, o menos possível, técnicas modernas de operação. Isto é, há que se reduzir a quantidade de equipamentos.

Esses, no plano interno os aspectos institucionais a que nos referimos. No plano do comércio internacional, os obstáculos são mais complexos, embora se saiba que os investimentos em navios se pagam rapidamente, sobretudo quando as conferências ou cartéis de tráfego poderiam separar, para os diversos mercados, quotas de carga que nos

garantissem, pelo menos, a reciprocidade de frezes. Todavia, é ainda um anelo o desejar contrabalançar o "deficit" da cabotagem com a possibilidade de lucro nas linhas internacionais, substituindo as importações de serviços, em operações vorazes em transportes, pela construção de navios e reaparelhamento dos portos nacionais.

Sem embargo, entretanto, esse breve histórico, que aqui fazemos porquanto nem sempre é lembrado, teria consequências na medida em que nos encontrásemos na ascensão do ciclo econômico. Porém, encontramos na recessão de um mercado que se caracteriza pela dificuldade de investimentos na infra-estrutura e em alguns setores de bens de capital. Os obstáculos, de ordem institucional, vêm sendo removidos pela reorganização dos fatores de produção, com prejuízo da apropriação. Em outra etapa de expansão, em melhores níveis de capital, de estoque e de renda, novos problemas técnicos surgirão. Quanto ao custo em apêço, não há outra solução salvo aprovar o crédito especial que a proposição especifica.

Por esses motivos, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1965. — José Leite, Presidente Eventual. — Lopes da Costa, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Mello Braga. — Vencido.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilmo Mondim) — O expediente lido vai a publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Manoel Vilaga. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador José Leite.

O SR. JOSÉ LEITE:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente Senhores Senhores, a Agro-indústria do açúcar, no Nordeste através fase das mais difíceis em sua existência. As dificuldades a vencer são tantas, e de tamanho porte, que faz receio não consigam, os que se enfrentam, uma vitória asseguradora de sobrevivência de uma atividade multiseccular na região.

Foi a indústria do açúcar o primeiro setor econômico em que a intenção do Estado se fez sentir. O Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão orientador e controlador das atividades desta indústria, não conseguiu atingir os objetivos para que fora criado. A produção de açúcar do Nordeste excedendo o necessário para o consumo da região, era parcialmente absorvida pelo mercado da região Centro-Sul do Brasil, região que, hoje, não só se abastece como produz excedentes que se destinam à exportação ou ao abastecimento de zonas não produtoras, concorrendo assim com a indústria nordestina, e com vantagem, pois o custo de produção do açúcar na região Centro-Sul é inferior ao da região Nordeste-Norte. Esta diferença de custo permite às fábricas do Sul colocarem açúcar, via rodoviária em regiões limitadas das zonas produtoras do Nordeste, já se registrando vendas de açúcar da São Paulo em Aracaju e Recife, para não falar na região norte do Brasil, que é mercado tradicional de Sergipe, mas que teve seu abastecimento por este Estado interrompido graças à proibição da SUNAB de saída do açúcar de Sergipe em certo período, proibição feita sem atender para os estoques ainda existentes nas usinas e à proximidade da nova safra. Em consequência desta inoportuna providência, o mercado do norte da Bahia passou a ser abastecido por fábricas do sul e usinas de Sergipe ainda têm estoques superiores aos

normais nesta época quando se aproxima o início da nova safra.

Várias causas concorrem para a elevação do preço do custo do açúcar nordestino a valor acima do que permitiria sua competição, no mercado interno, com o de outras regiões. A irregularidade das chuvas, a inferioridade dos solos, a topografia adversa, o cultivo de variedades de cana inadequadas à composição do solo e ao clima e o reduzido emprego de fertilizantes são algumas das causas do baixo rendimento agrícola. Acrescente-se que a mecanização da lavoura canavieira nordestina é reduzida empregando-se elevada percentagem de mão-de-obra. Enquanto, no Sul, a relação trabalhadora-tonelada de cana é 1,2 no Nordeste esta relação é 3,6. Considerando-se a diferença, de salários, resulta que a parcela de mão-de-obra no custo de produção — 86,5% mais elevada no Nordeste do que no Centro-Sul. No setor industrial as principais causas do alto custo da produção são as instalações obsoletas e a tecnologia inadequada. Os industriais e plantadores reagem, procurando eliminar as causas de encarecimento do açúcar que são susceptíveis de receber a influência de providências humanas. O Instituto do Açúcar e do Alcool, com seu esforço com o de plantadores e industriais e reunidos procuram melhores variedades de cana para os solos e o clima da região. A ação do Ministério da Agricultura não se faz sentir neste trabalho de soerguimento da lavoura canavieira.

O emprego de fertilizantes está sendo incentivado pelos técnicos do Instituto do Açúcar, mas, em se tratando de produto de alto preço, esse emprego é limitado pela dificuldade na obtenção de financiamento aos plantadores, por parte da rede bancária oficial, principalmente Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco de Crédito Cooperativo. Esta também é a causa da mecanização da lavoura não se exercer em maior escala.

Quanto às fábricas observa-se que há reequipamento parcial de muitos, o que compensa, pelo aumento resultante da produção, a redução decorrente do desaparecimento de pequenas fábricas que não tiveram condições de sobrevivência.

A tecnologia vai se aperfeiçoando graças à influência dos técnicos do Instituto do Açúcar e do Alcool, que exercem ação orientadora, procurando modificar a mentalidade dos usineiros, fazendo com que confiem nos técnicos formados em nossas escolas e os admitam como colaboradores. Em Sergipe, por exemplo, onde a principal indústria é a do açúcar e onde há uma Escola Superior de Química, os industriais continuam a só confiar na técnica dos mestres de fabricação, que se fizeram mestres na indústria, que só conhecem os processos aí aprendidos. Enquanto isto os químicos industriais que anualmente se diplomam são atraídos para outras indústrias, fora do Estado principalmente para o Petróleo. Resulta como solução procurar aperfeiçoar as técnicas conhecidas dos mestres de fabricação.

A indústria do açúcar no Nordeste para sobreviver, há de melhorar sua produtividade e de procurar onde colocar o excedente de sua produção não consumida na região por que não só deixou de ser abastecedora do mercado da região centro-sul como passou a sofrer a concorrência da indústria dessa região que, produzindo mais barato, amargamente concorre os mercados das regiões não produtoras. Só a exportação para o mercado internacional se nos apresenta como solução. A adoção desta política de exportação se impõe e é de se esperar que o órgão regulamentar que mantém o controle da exportação do açúcar — O Instituto — o reconheça.

O crescimento demográfico e o aumento do consumo per capita podem absorver parte do excedente atual, mas há de se conter em contrapartida com o aumento da produção. O consumo per capita é no Nordeste de 30 kg. de açúcar centrifugado enquanto que no sul é de 49 kg., diferença resultante do consumo naquela região, do açúcar não centrifugado, de menor poder aquisitivo da população e da maior dificuldade de distribuição do produto e de quase nulo emprego, do açúcar centrifugado para fins industriais na região Nordeste-Norte.

O problema da melhoria da produtividade na agro-indústria do açúcar merece ser equacionado e resolvido. No setor agrícola verifica-se, que, no Brasil, a produção por hectare cultivado é, em média, de 42 toneladas de cana. A não ser a Argentina, nenhum outro país produtor tem menor rendimento agrícola. Havai produz 198,7 toneladas por hectare, o Peru 155,1 tonelada por hectare, a Guiana Inglesa 82,5 toneladas por hectare.

Quanto à extração de açúcar por tonelada de cana a média no Brasil é de 91 kg; a da Austrália é de 154 kg, seguindo-se Cuba, Formosa e República Dominicana com 123 kg e mais 20 países com rendimento superior ao que é obtido no Brasil.

Em grande parte a baixa produtividade agrícola é resultante da falta de fertilizantes e de irrigação.

Os ensaios de adubação nos canaviais do Nordeste conduziram a resultados que permitem estabelecer uma média de 30 toneladas de aumento de produção por hectare, o que significa um aumento de 50% de produção de cana na área adubada. Segundo dados do Instituto do Açúcar e do Alcool a área ocupada com a cana de açúcar da Bahia ao Ceará é de 459,6 mil hectares; admitindo-se uma média de três cortes teríamos para a cana de planta um terço desta área, ou sejam 153,2 mil hectares. As experiências concluindo que seriam necessárias 180 Kg de adubos metrogênios, fosfatados e potássicos, em partes iguais verificamos a necessidade de 27.576 toneladas de fertilizantes só para a cana de planta. O consumo anual para todas as culturas não é 50% desta tonelagem.

A instalação da indústria de fertilizantes no Nordeste merece ser estimulada não só pelo bom mercado local como pela matéria-prima e energia existentes na região. O fertilizante sofre grande encarecimento no custo quando transportado de grandes distâncias.

Experiências têm demonstrado que a adoção da irrigação na cultura canavieira poderá elevar o rendimento da cana por hectare até de 112%, o que equivale a dizer que o rendimento médio de 40 ton./hectare pode ser elevado para 88 ton./hectare.

Como o emprego de fertilizantes, a adoção da irrigação exige inversão de capital para a qual a generalidade dos agricultores não dispõe de reserva. So o financiamento pelos órgãos que devem estimular o aumento da produção poderia proporcionar condições para a generalização destas técnicas na zona canavieira Nordeste-Norte. Em alguns Estados do Nordeste, principalmente em Sergipe, poder-se-ia diminuir o custo de operação das instalações para irrigação, utilizando energia elétrica de Paulo Afonso já distribuída a grande número de propriedades agrícolas.

Infelizmente a constante elevação de tarifas das empresas distribuidoras de energia elétrica amedronta os agricultores que preferem, assim, continuar usando energia térmica em suas instalações para irrigação.

A baixa produtividade no setor industrial é resultante de um conjunto de causas. Uma delas é a reduzida capacidade de esmagamento das fábricas, muitas resultantes da trans-

formação de antigas fábricas de açúcar não centrifugado. A tendência é para o desaparecimento destas pequenas fábricas ou sua fusão para constituírem fábricas maiores. Em 1954 existiam no Brasil 326 fábricas de açúcar centrifugado que se reduziam a 280 em 1963; nesse período houve um aumento de produção de 53%; houve, pois, uma concentração da produção. Sergipe tem hoje dez usinas; vinte anos atrás possuía o triplo. O município de Riachuelo, que em 1945 tinha oito usinas, tem atualmente uma única em funcionamento. A produção de açúcar no Estado se manteve estacionária neste período de dois decênios.

O processo de concentração é mais sensível no Sul, onde surgem fábricas de capacidade de cerca de um milhão de sacos por safra.

No Nordeste as usinas procuram compensar sua reduzida capacidade aumentando o período de moagem. Em Pernambuco é comum usinas trabalharem mais de 250 dias por safra, o que faz com que as canas sejam moídas fora da época indicada pelo seu ciclo vegetativo. O período normal de moagem não deveria exceder 150 dias.

Contribui para o alongamento do período de moagem a inadequação dos meios de transporte da matéria-prima à capacidade das usinas, ocasionando a paralisação destas por falta de cana para o esmagamento, paralisações que atingem 6 a 7% do tempo de moagem. A construção e conservação de estradas, pela agro-indústria canavieira, acarreta para esta elevado ônus financeiro, que se reflete no preço de custo da produção do açúcar.

Fator importante no baixo rendimento industrial é o desajuste entre as diversas seções das fábricas, cujas ampliações são feitas por partes, em consequência do alto custo do equipamento; é comum uma usina ter maquinaria de esmagamento em desacordo com as instalações das outras seções. O Instituto do Açúcar e do Alcool vem orientando os industriais para que essas ampliações se façam racionalmente. Lamentavelmente a SUDENE não se mostrou interessada no reequipamento do parque açucareiro do Nordeste, concentrando sua atenção e recursos em indústrias novas. No entretanto, é a indústria do açúcar a principal fonte do emprego de mão-de-obra no Nordeste e a principal fonte de renda para alguns Estados e muitos municípios.

O aumento da produtividade teria como efeito, além do evidente barateamento da produção, a liberação de áreas para outras culturas, pelo menos enquanto não fosse aconselhável o aumento da produção face à dificuldade de sua colocação. O aumento do consumo per capita decorrente do menor preço, o consumo por parte da parcela de população até agora consumidora de açúcar não centrifugado, maior possibilidade de colocação do produto onde o açúcar do Sul chega onerado pelo frete elevado, devido às distâncias, são consequências do aumento da produtividade. A estas acrescentaríamos outras de não menor importância: a possibilidade do pagamento de melhores salários ao trabalhador que contribui com seu esforço para a produção do açúcar, fonte de riqueza de uma região que luta por mantê-la, vencendo todos os obstáculos que se opõem à sua sobrevivência.

Recentemente, atendendo ao clamor resultante do desemprego na agro-indústria do açúcar no Nordeste, principalmente em Pernambuco, o Governo procurou estudar mais a fundo as causas da crise nessa atividade econômica e para isto foi constituído um Grupo de Trabalho de que fizeram parte representantes de órgãos governamentais e das partes interessadas diretamente. Foi apresentado relatório preconizando providências. É necessário que sejam elas tomadas para que seja detida a marcha

para o colapso da indústria do açúcar no Nordeste. No documento básico de trabalho o Grupo afirma que "adota posição de que deve ser posto em execução um programa que racionalize a agricultura da cana, a produção do açúcar, torne economicamente toda a atividade do complexo agro-industrial e dê ao homem nele engajado e às comunidades dele dependentes, melhores condições de vida, de ascensão social e concorram para a sustentação e aumento do fluxo desenvolvimentista do Nordeste — região que se estende por 18% do território nacional, reúne um terço da população brasileira e interessa substancialmente ao equilíbrio social e político à segurança do País que carece do crescimento e do desenvolvimento harmonioso de todas as suas regiões". No seu estudo apresentado ao Governo, o Grupo de Trabalho da Indústria do Açúcar, identificou os seguintes problemas que considera fundamentais: a) altos custos de produção em consequência do baixo nível de produtividade; b) deficiências no sistema de comercialização; c) contínuo processo de descapitalização das empresas; d) insegurança na cobertura da gravosidade da exportação.

Entre as recomendações apresentadas pelo Grupo se destacam;

I — criação de um mecanismo de defesa ao parque açucareiro nordestino, objetivando preservá-lo enquanto se criam condições que lhe permitam maior poder de competição;

II — estabelecimento de um conjunto de estímulos aos empresários, de modo a induzi-los a elevar sua produtividade, melhorar sua posição relativa no sistema regional; e, por consequência, reduzir a disparidade de custos entre o Nordeste e Centro-Sul;

III — a melhoria do sistema de comercialização do açúcar do Norte e Nordeste;

IV — providências no sentido de permitir a gradual capitalização por parte da economia.

As providências para aumentar a produtividade e dar segurança à atividade industrial açucareira, seguir-se-ão as que assegurem a colocação da produção nordestina de açúcar. Perdido o mercado Centro-Sul, hoje auto-suficiente, resta para o excedente da produção de açúcar do Nordeste, o mercado internacional. A exportação deverá ser feita pelo Instituto do Açúcar, dentro das limitações impostas pelos acordos internacionais.

O mercado internacional livre é um mercado residual no qual apenas 12% da produção mundial de açúcar é comercializada. Nêle participam os países que têm mercados preferenciais, os que subscreveram o Acordo Internacional do Açúcar e ainda os franco-atiradores.

O Brasil em 1960, pela primeira vez, exportou 100.000 toneladas para o mercado preferencial americano; em 1962 obteve acesso regular e permanente a este mercado, graças à nova lei açucareira norte-americana, cabendo-lhe uma cota básica de 180 mil toneladas e lhe sendo proporcionada oportunidade de fornecer quantidades adicionais, cobrindo deficits no fornecimento de outras áreas. A exportação do Brasil para os Estados Unidos atingiu em 1963 a 417.683 toneladas. Infelizmente não fizemos acordos que nos assegurassem outros mercados preferenciais significativos. Tendo exportado para o Japão 288 mil toneladas em 1960 e 258 mil toneladas em 1961 perdemos por completo este mercado como perdemos Ceilão, França, Marrocos e quase totalmente o mercado Uruguaio.

Há perspectiva de grande aumento do consumo mundial. O consumo per-capita, na década de cinquenta,

aumentou, ex. média, 5,2% ao ano e em 1963 foi de 17,1 kg. A população consumidora, por sua vez, aumentou em média à razão de 60 milhões por ano.

A FAO estima em 70 milhões de toneladas o consumo de açúcar em 1970, consumo que em 1963 foi de 54,5 milhões de toneladas. Esta organização considera que os países latino-americanos apresentam as melhores condições para assegurarem o fornecimento suplementar de açúcar de modo a tornar possível este consumo. Em seu Plano de Expansão da Agro-Indústria Canavieira, o Instituto do Açúcar e do Alcool prevê uma elevação da atual produção de 61,8 milhões de sacos para 100 milhões de sacos em 1970. Está pois o Instituto prevendo engajar o Brasil entre os países participantes do abastecimento do mercado mundial. Desejamos que esta política de exportação se faça desde logo sentir de modo a assegurar colocação para o excedente da produção nordestina não colocada no mercado interno.

Ao finalizarmos esta exposição desejamos expressar nossa esperança de que as autoridades responsáveis pela sobrevivência da indústria do açúcar no Nordeste, pelo bem-estar das populações que dela dependem e pelo desenvolvimento econômico do país, não poupem esforços no tomarem providências concretas que conduzam a soluções certas. (Muito bem! muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos.
Edmundo Levi.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Heribaldo Vieira.
Vasconcelos Torres.
Gilberto Marinho.
Lino de Mattos.
José Feliciano.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 1.009, de 1965) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 316, de 1964 (número 1.153-B-63, na Casa de origem) que concede isenção de imposto de importação e de taxas aduaneiras para a importação de um órgão eletrônico e demais equipamentos doados à Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, termos do artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 316, de 1964 (nº 1.153-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de impostos de importação e de taxas aduaneiras para a importação de um órgão eletrônico e demais equipamento à Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1 de Plenário).

Ao Art. 1º.

Suprima-se no art. 1º a expressão:

"..., inclusive a de previdência social, ..."

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Para acompanhar, na Câmara, o estudo das emendas do Senado é designado o Senhor Senador Irineu Bornhausen, Relator da Matéria na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 2:

Discussão, em turno único, da Redação Final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 1.007, de 1965, do Projeto de Resolução número 92, de 1964, que suspende a execução das Leis números 1.504 e 253, ambas de 29 de agosto de 1956, do Estado de Santa Catarina.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1965

Suspende a execução das Leis números 1.504 e 253, ambas de 29 de agosto de 1956, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 24 de abril de 1957, na Representação número 275, do Estado de Santa Catarina a execução das Leis números 1.504 e 253, ambas de 29 de agosto de 1956, daquele Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Item 3.

Discussão, em turno único, da Redação Final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 1.008, de 1965, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 317, de 1964 (nº 3.810-B-62, na Casa de origem) que dispõe sobre gratificação especial à representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa do Congresso, o estudo das emendas do Senado, é designado o Sr. Senador Mem de Sá, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 317, de 1964 (nº 3.810-B-62, na Casa de origem), que dispõe sobre gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

EMENDA Nº 1

(Da Comissão de Redação, em decorrência da Emenda nº 2 da CSPC)

A emenda

Dê-se à emenda a seguinte redação:

"Dispõe sobre o regime de funções gratificadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 — CSPC)

Ao art. 1º

No artigo 1º, suprimam-se as palavras "especial de representação".

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 1 — CSPS)

Onde se lê:

"entre 40% e 30%",

Leia-se:

"entre 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento)".

EMENDA Nº 4

(De redação)

Ao art. 2º

Onde se lê

"...o artigo...",

Leia-se:

"...o artigo primeiro..."

Parecer publicado no DCN — Seção II — de 19.8.1965.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Item 4

Discussão, em turno único, da Redação Final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 1.010, de 1965, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1965 (nº 1.690-A-60, na Casa de origem) que dá nova redação ao artigo 1º da Lei número 3.725, de 28 de dezembro de 1959 que altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no Serviço Ativo.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 8, de 1965 (número 1.690-C-60, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 1º da Lei número 3.725, de 28 de dezembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no Serviço Ativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei número 3.725, de 28 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O limite de idade, previsto no artigo 16 da lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954, para permanência no serviço ativo, dos oficiais dos corpos de saúde — quadros médicos, farmacêuticos, cirurgiões —

— dentistas e veterinários — e de intendência das Forças Armadas, será acrescido, a partir de 1º de janeiro de 1959, de 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos, respectivamente, para os postos de primeiro-tenente, capitão ou equivalente, major ou equivalente, e tenente-coronel-médico ou equivalente.

Parágrafo único Os benefícios desta Lei atingem todos quantos, em 1º de janeiro de 1959, estavam ali alcançados pelo limite de idade compulsória, para permanência na ativa, previsto pela legislação anterior e que, por isso, já se encontram na reserva".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1965

(Terça-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1965 (nº 1.773-B-52, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, tendo Parecer nº 1.014, de 1965, da Comissão do Polígono das Secas, favorável.

2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que estabelece normas sobre o crédito de relação de emprego autorizativo do pedido de falência e modifica o Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências). — Projeto aprovado em primeiro turno, com emenda, em 5-8, de 1965, tendo Parecer, sob nº 990, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que aplica a correção monetária nos débitos da União, tendo Pareceres sob ns. 336, 337 e 338, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Economia, favorável e de Finanças, contrário.

Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão às 15 horas e 25 minutos).

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Padre Calazans
Secretário: J. Ney Passos Dantas
PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

1 — Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1965 (nº 2.719-A, de 1965, na Câmara dos Deputados), que "Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências". — Senador Mello Braga. — Parecer favorável aprovado.

ATAS DAS COMISSÕES

PROJETOS DISTRIBUÍDOS
Número e Emenda — Relator Designado

1 — Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1965, que "Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências". — Avocado pelo Senhor Senador Mello Braga, no exercício da Presidência, em 17-5-65.

2 — Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1965, que "Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério da Guerra para melhor atender às organizações de saúde do Exército". — Distribuído ao Senhor

Senador Aurélio Vianna, em 31 de maio de 1965.

3 — Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1965, que "Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963". — Distribuído ao Senhor Senador Aurélio Vianna, em 31 de maio de 1965.

4 — Projeto de Lei do Senado nº 74 de 1964, que "Modifica a redação do dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (apresentado pelo Senhor Senador Adalberto Sena)". — Distribuído ao Senhor Senador Aurélio Vianna, em 2 de maio de 1965.

5 — Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que "Modifica a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)".

Apresentado pelo Senhor Senador Vasconcelos Torres. — Distribuído ao Senhor Senador Aurélio Vianna, em 5-5-1965.

6 — Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965, que "Fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências". — Distribuído ao Senhor Senador Aurélio Vianna, em 31 de maio de 1965.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Número dos Membros da Comissão: 7 (sete).

Número de reuniões realizadas: 1 (uma).
 Número de Atas: 1 (uma).
 Número de pareceres proferidos: 1 (um).
 Número de projetos relatados: 1 (um).
 Número de pautas: 7 (sete).
 Número de projetos distribuídos: 6 (seis).
 Número de projetos em tramitação: 5 (cinco).
 Em 1º de junho de 1965. — J. Nel Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Atílio Fontana
 Secretário: Aracy O'Reilly de Souza

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 20, de 1965 — Isenta do Imposto de Selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — sociedade de economia mista localizada no Município do Cabo. Estado de Pernambuco. — Senador José Leite. — Favorável e aprovado em 4 de maio de 1965.

PLC nº 38, de 1963 — Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. — Senador Atílio Fontana. — Contrário e aprovado em 4-5-65.

PLS nº 10, de 1961 — Dispõe sobre a criação de Transportadora de Minérios Minerais Gerais S. A. — Transminas — e dá outras providências. — Senador Irineu Bornhausen. — Voto em separado pela rejeição. Aprovado em 4-5-65.

Mensagem nº 118, de 1965 — Do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado Federal, a indicação do Senhor Alvaro Gonçalves Americano Oliveira e Souza para o Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). — Senador José Leite. — Sessão Secreta realizada em 25-5-65.

PLS nº 60, de 1964 — Dispõe sobre concorrência pública nas operações de seguro, inclusive as de seguro automático. — Senador José Feliciano. — Pelo arquivamento. Aprovado em 27 de maio de 1965.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador José Feliciano:

PLS nº 61, de 1964 — Dispõe sobre constituição de empresas destinadas à fabricação de papel de imprensa e dá outras providências.

Redist.: em 13-5-65

Ao Senador Bezerra Neto:

PLS nº 81, de 1964 — Dispõe sobre financiamento as prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário.

Dist.: em 18-5-65

Ao Senador José Leite:

PLS nº 9, de 1965 — Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

Dist.: em 18-5-65

PDL nº 20, de 1965 — Aprova o Acordo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Dist.: em 25-5-65

Mensagem nº 118, de 1965 — Do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado Federal, a indicação do Senhor Alvaro Gonçalves Americano Oliveira e Souza,

para o Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. (BNDE).

Dist.: em 24-5-65

Ao Senador José Leite:

PDL nº 20, de 1965 — Aprova o Acordo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Dist.: em 25-5-65

Ao Senador Irineu Bornhausen:

PLS nº 129, de 1963 — Altera o Decreto-lei nº 5.573, de 14 de junho de 1943, que dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Redist.: em 17-5-65

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

PLS nº 30, de 1955 — Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Lanços", cujas características definem: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou "vouchers", e dá outras providências.

Redist.: em 17-5-65

Ao Senador Miguel Couto:

PLC nº 385, de 1965 — Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o aparelhamento cirúrgico e de urologia, destinado à instalação de 14ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Distrito Federal (RIO).

Redist.: em 13-5-65

S I N T E S E

Número de Reuniões realizadas .. 3
 Número de Projetos relatados .. 4
 Número de Mensagens relatadas .. 1
 Número de Projetos distribuídos .. 8
 Número de Mensagens distribuídas .. 1

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Secretário: Aracy O'Reilly de Souza

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 32, de 1965 — "Fica instituído o Dia Nacional do Ex-Combattente". — Senador Menezes Pimentel. — Favorável ao projeto. Aprovado em 5-5-65.

PLC nº 151, de 1964 — Autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina. — Senador Mem de Sá. — Contrário ao projeto. Aprovado em 19 de maio de 1965.

PLS nº 10, de 1965 — Pelo prazo de quatro anos, a partir da época de exames do ano vindouro, será permitida a inscrição em curso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a professor de ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura. — Senador Mem de Sá. — Parecer preliminar: solicitação diligência ao Gurgel. — Favorável ao projeto. Conselho Federal de Educação. Aprovado, em 19 de maio de 1965.

PLS nº 15, de 1965 — Autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na Cidade de Brodowski — São Paulo. — Senador Mem de Sá. — Favorável ao projeto. Aprovado em 19-5-65.

PLC nº 69, de 1964 — Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

leira. — Senador Antônio Juca. — Favorável ao projeto. Aprovado em 19-5-65.

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLS nº 10, de 1960 — Regula o exercício da Odontologia. — Senador Antônio Juca. — Favorável ao Substitutivo da Câmara com restrições. Aprovado em 19-5-65.

PLS nº 4, de 1965 — Desobriga o uso de uniformes aos alunos matriculados em estabelecimentos fiscalizados pelo Governo Federal. — Senador Antônio Juca. — Pela rejeição. Aprovado em 26-5-65.

PLS nº 53, de 1961 — Determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal. — Senador Walfredo Gurgel. — Favorável ao projeto. Aprovado em 26-5-65.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Menezes Pimentel:

PLC nº 32 — Institui o "Dia Nacional do Ex-Combattente".

Dist.: em 4-5-65

Ao Senador Mem de Sá:

PLC nº 323, de 1964 — Regula o exercício das profissões de Oficial-Barbeiro e de Oficial-Cabeleireiro, institui o salário-mínimo respectivo e dá outras providências.

Distribuído: em 11-5-65

PLC nº 95, de 1965 — Estabelece normas para o uso do livro didático nas escolas de ensino médio do País e dá outras providências.

Dist.: em 28-5-65

Ao Senador Walfredo Gurgel:

PLS nº 156, de 1963 — Determina providências para a comemoração do centenário de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Gurgel. — Favorável ao projeto. Institui o Dia Nacional do Índio.

Dist.: em 26-5-65

Ao Senador Walfredo Gurgel:

Projeto de Resolução nº 50 de 1963 — Assegura custeio de instrução aos filhos do ex-senador Kairala (José Kairala).

Dist.: em 28-5-65

PDL nº 21, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Dist.: em 31-5-65

Ao Senador Antônio Juca:

PLC nº 23, de 1963 — Regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Dist.: em 28-5-65

S I N T E S E

Número de reuniões realizadas 4 (1 — Extra-ordinária)

Número de Projetos relatados 8

Número de Projetos em diligência 1

Número de Ofícios remetidos 2

Número de Projetos distribuídos 7

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Ofício S-2 de 1965, do Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para que o Govern-

no do Estado possa assumir, na qualidade de fiador, perante ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) compromissos decorrentes de empréstimos externos.

Senador Irineu Bornhausen.

Favorável, nos termos do Projeto de Resolução.

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1933 que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários.

Senador Irineu Bornhausen.

Sustação do Projeto.

Projeto de lei da Câmara nº 25 de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.750.000 (dois milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Senador Faria Tavares.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para custear as despesas com obras de recuperação do imóvel situado no Estado da Guanabara, na Praia do Flamengo, nº 132.

Senador Faria Tavares.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1965, que altera o artigo 4º da Lei nº 2391, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

Senador Mem de Sá.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1964, que reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências, bem como as emendas de nºs. 1, 2 e 3 da Comissão de Educação e Cultura e apresenta subemenda à de nº 7 da Comissão de Serviço Público Civil.

Senador Mem de Sá.

Favorável bem como as emendas apresentadas.

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1964, que dá nova redação à alínea c do artigo 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, estabelecendo prazo trimestral para fixação dos preços de compra da borracha.

Senador Lobão da Silveira

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1965, que dispõe sobre a elevação do capital da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências.

Senador Lobão da Silveira.

Favorável.

Votos vencidos Senador Mem de Sá e Senador José Guionard.

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1965, que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, detentados em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Senador Aurélio Viana.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 280.000.000, para o fim que especifica.

Senador Aurélio Viana.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1965, que autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 68.000.000, para o fim que especifica.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.418, para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado-maior das Forças Armadas.

Senador Eurico Rezende.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965, que abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 365.000,00, destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963 — (IPC).

Senador Eurico Rezende.
Favorável à emenda de Plenário.

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1965, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento de televisão destinado à Rádio Difusora São Paulo S.A.

Senador Eurico Rezende.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1961, que dispõe sobre a criação da Transportadora de Minérios Minas Gerais S.A. — Transminas — e dá outras providências.

Senador Irineu Bornhausen.
Contrário.

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1965, que prorroga os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948, retroagindo a 28 de novembro de 1964.

Senador Irineu Bornhausen.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1965, que autoriza a abertura de crédito especial, no montante de Cr\$ 1.079.494.483, a diversos Ministérios.

Senador Bezerra Neto.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.998.000.000 (dez bilhões novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinados ao refreio do Fundo da Marinha Mercante.

Senador Aurélio Vianna.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1965, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas no Quadro da Secretaria do Tribunal Regional.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1965, que isenta de impostos e importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação que por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1965, que dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas pedágios, quota e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou produzidos, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil e dá outras providências.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1965, que desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará — Senador Victorino Freire — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1965, que cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências — Senador Victorino Freire — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1965, que estende aos remanescentes da extinta Polícia Militar do ex-Território do Acre os benefícios do atual Código de Vencimentos e Antagons dos Militares. — Senador Antônio Jucá — Favorável.

Projeto de Resolução nº 50, de 1963, que assegura custeio da instrução aos filhos do ex-Senador José Kairala. — Senador Antônio Jucá — Favorável, nos termos da emenda substitutiva.

Decreto Legislativo nº 18, de 1965, que mantém decisão denegatória registro de termo aditivo de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e o Professor Antônio Mário Barreto. — Senador Linc de Mattos — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais. — Senador Eurico Rezende — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites. — Senador Eurico Rezende — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1965, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País. — Senador Eurico Rezende — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1964, que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências. — Senador Eurico Rezende — Favorável com subemendas às emendas de Plenário.

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 877.852.400 (oitocentos e setenta e sete milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia. — Senador Bezerra Neto — Favorável.

Projeto de Decreto Legislativo número 143, de 1964, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro sob reserva de concessão à melhoria de proventos de inatividade ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Inte-

riores. — Senador Walfredo Gurgel — Favorável à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1965, que isenta do imposto do selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — Sociedade de Economia Mista localizada no Município de Cabo, Estado de Pernambuco. — Senador Pessoa de Queiroz — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1965, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá, 7, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Senador Pessoa de Queiroz — Favorável (rejeitado sendo designado para redigir o vencido o Sr. Eurico Rezende).

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1965, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá, 7, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Senador Eurico Rezende — Redação do vencido. São votos discordantes os Senadores Pessoa de Queiroz, Menezes Pimentel e Walfredo Gurgel.

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1965 — Concede isenção das Taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Postos para um aparelho de Raios X, doado ao Circulo Operário Rio Grandense, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. — Senador Pessoa de Queiroz — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1965 — Dispõe sobre concessão de auxílio compensatório a municípios novos, autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências. — Senador Mem de Sá — Audiência do Ministério da Fazenda.

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1965 — Isenta do imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço (slabbs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA. — Senador Walfredo Gurgel — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1965 — Isenta de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Alimentos para a Paz". — Senador Antônio Jucá — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xainxá do Irã. — Senador Argemiro de Figueiredo — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1965 — Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares). — Senador Lobão da Silveira — Favorável.

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1964 — Inclui com caráter preferencial, no Plano Nacional de Visão a construção de ponte vodo-ferroviária, em Propriá, Estado de Sergipe. (Apresentado pelo Senador Dylton Costa). — Senador Antônio Jucá — Audiência. Ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

Projeto de Decreto Legislativo número 161, de 1964 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Irati. — Senador Argemiro de Figueiredo — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1965 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União do registro ao termo de contrato de

constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Senador Argemiro de Figueiredo.
Favorável.

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1964 — Inclui no Plano Renovatório Nacional a ligação Lábrea (Amazonas à BR-29 (Rondônia)). (Apresentado pelo Sr. Senador Golteswaser Santos).

Senador Antônio Jucá.
Contrário.

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1965 — Dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências.

Senador Mem de Sá.
Favorável.

Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963 — Acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Senador Mem de Sá.

Audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1964 — Dispõe sobre a entrega das subvenções ou verbas orçamentárias diretamente às instituições ou entidades a que se destinam ou aos seus representantes legais.

Senador Walfredo Gurgel.
Contrário.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro, ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão de cruzeiros), entre a União Federal e o Governo do Rio Grande do Sul.

Senador Aurélio Vianna.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1965 — Dispõe sobre a aplicação do art. 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata de aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultados de obra e dá outras providências.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1965 — Autoriza a abertura de Créditos Especiais, num montante de Cr\$ 47.033.454.687,40, a órgãos subordinados à Presidência da República e de diversos Ministérios.

Senador Eurico Rezende.

Ofício da Comissão, solicitando correção da Redação Final enviado ao Senado.

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1965 — Isenta da taxa de despacho aduaneiro um conjunto eletrônico importado pelo Governo do Estado do Paraná.

Senador Walfredo Gurgel.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1965 — Amplia a isenção do imposto do selo concedido à firma Agos Fines Piratini S. A. pelo art. 5º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961.

Senador Mem de Sá.

Audiência ao Ministério da Saúde. Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1965 — Altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a campanha de Erradicação da Malária.

Senador Lobão da Silveira.
Favorável.

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965 — Autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowski, São Paulo. (Apresentado pelo Senador Padre Calazans).

Senador Mem de Sá.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1964 — Autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do Patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina.

Senador Mem de Sá.

Audiência do Ministério da Saúde.
Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 36.221.047, a favor do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministro de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Senador Aurelio Viana.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1965 — Concede isenção dos impostos de importação e consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S. A. e das outras providências.

Senador Bezerra Neto.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

Senador Bezerra Neto.

Favorável, declarando-se vencido o Senador Eurico Rezende. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 — Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Senador Bezerra Neto.

Favorável, com seis emendas. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1965 — Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Senador Bezerra Neto.
Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 — Incorpora ao Fundo de que trata o Decreto-Lei nº 2.063, de 10 de março de 1940, de "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" a importância dos seus débitos fiscais e dá outras providências.

Senador Bezerra Neto.

Favorável com emenda substitutiva. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões oitocentos e seis mil cruzeiros) para os fins que especifica.

Senador Lobão da Silveira.

Favorável com emenda. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1965 — Mantém decisão denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Senador Lobão da Silveira.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Senador Antonio Jucá.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 1957 — Modifica e suprime disposições de Consolidação das Leis do Trabalho determina o aproveitamento dos servidores da Comissão de Imposto Sindical e da Comissão Técnica de Orientação Social e das outras providências.

Senador Antonio Jucá.

Contrário.

Projeto de Decreto Legislativo número 10, de 1965 — Aprova o acordo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas no Brasil.

Senador Irineu Bornhausen

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1965 — Considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Senador Irineu Bornhausen.

Favorável. Pedido de vista pelo Senador Eurico Rezende.

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.300.000.000 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros) para o fim que menciona.

Senador Eurico Rezende.

Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1965 — Completa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que "reorganiza o Ministério das Relações Exteriores". — Senador Eurico Rezende. — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078 (vinte e cinco milhões cem mil e setenta e oito cruzeiros), para o fim que especifica. — Senador Eurico Rezende. — Favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1959 — Reduz as taxas postais incidentes sobre livros e delas isenta os livros didáticos. — Senador Eurico Rezende. — Favorável, tendo o Senador Eurico Rezende assinado com restrições e os Senadores Bezerra Neto e Lobão da Silveira. Declarados vencidos.

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Favorável.

Projeto de Decreto Legislativo número 132, de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reforestamento e proteção de matas no território do referido Estado. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Contrário à emenda de plenário.

Ofício nº 671-63 — De 14 de maio de 1963, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando

parecer acompanhado de instrução do processo sobre as Contas da PETROBRAS. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Toma conhecimento.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7-1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Senhor Otavio Grillete Miranda. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Favorável.

Projeto de Decreto Legislativo número 4-1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusa registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Senhor Ortegal Benevides de Azevedo. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Favorável.

SÍNTESE

Número de reuniões realizadas ...	7
Número de pareceres proferidos ..	82
Número de projetos distribuídos ..	91
Número de projetos apresentados	1
Número de emendas substitutivas	2
Número de votos vencidos	1
Número de ofícios expedidos	8
Número de ofícios recebidos	3
Número de diligências solicitadas	6
Número de pedidos de vista	1

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1965

Presidentes: Senadores João Agripino e Jefferson de Aguiar

Secretário: José Soares de Oliveira Filho

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator Conclusão

PLC nº 23, de 1965, que dispõe sobre os cursos de teatro e regulamentação das categorias profissionais correspondentes. — Senador Bezerra Neto. — Favorável.

PLC nº 22, de 1965, que altera o art. 4º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1966, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz. — Senador Bezerra Neto. — Favorável.

PLC nº 27, de 1965, que determina a inclusão da especialização de engenheiro florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-Lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946. — Senador Mem de Sá. — Favorável.

PLC nº 35, de 1965, que dispõe sobre seguro de crédito à exportação e dá outras providências. — Senador Bezerra Neto. — Favorável, com emendas.

PLC nº 46, de 1965, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Senador José Guimard.

Aprovado.

PLC nº 33, de 1965, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senador José Guimard.

Aprovado, com 7 emendas.

PLC nº 31, de 1965, que considera morto em defesa da ordem das instituições e do regime o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Senador Antonio Carlos.

Favorável.

PLC nº 44, de 1965, que prorroga os artigos 73, 79 e 80 da Lei nº 493, de 28 de novembro de 1949, retroagindo a 28 de novembro de 1964.

Senador João Agripino.

Aprovado.

PLC nº 64, de 1965, que desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

Senador Bezerra Neto.

Aprovado.

PLC nº 63, de 1965, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no país.

Senador Bezerra Neto.

Aprovado, com 2 emendas.

PLC nº 56, de 1965, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organização internacional, quer por governos estrangeiros.

Senador Jefferson de Aguiar.

Aprovado.

PLC nº 62, de 1965, que dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil e dá outras providências.

Senador Antônio Carlos.

Aprovado.

PLC nº 31, de 1965, que considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Senador Antônio Carlos.

Aprovado.

Número de reuniões realizadas	4
Número de Projetos Distribuídos	13
Número de Projeto Relacionados	13

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Dix Huit Rosado
Secretário: Sarah Abrahão

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator Conclusão

Parecer nº 414-65.
Redação final do Projeto de Resolução nº 38, de 1965, que altera o artigo 76 do Regimento Interno. — Senador Antônio Carlos — favorável.

Parecer nº 415-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1965 (nº 2.536-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Ministério da Aeronáutica a dar a denominação de "Marechal Rondon" ao aeroporto que serve às cidades de Várzea Grande e Cuiabá, em Mato Grosso. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 416-65.

Redação final do Projeto de Resolução nº 39 de 1965, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a assumir, na qualidade de fiador, perante o Banco Interamericano do Desenvolvimento, compromisso de empréstimo no montante de US\$ 5.450.000 a ser firmado com a Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. ELETROCAP, como mutuária e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica COPEL, como interveniente. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 429-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 24, de 1935, que suspende a execução do art. 34 da Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937. — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 430-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 25, de 1935, que suspende a execução do art. 13 da Lei nº 2.359, de 5 de dezembro de 1932, do Piauí — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 431-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 26 de 1935, que suspende a execução do art. 75 do Código Tributário do Município de Major Izidoro, Alagoas, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 432-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 28, de 1965, que suspende a execução das Leis números 577 e 578, de 14 de agosto de 1964 do Estado da Guanabara.

Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 433-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 28, de 1965, que suspende a execução dos artigos 7º, 17 e 29 da Lei nº 534, de 31 de dezembro de 1948, do Rio Grande do Sul. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 434-65:

Redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.340, de 31 de dezembro de 1958, do Estado do Rio Grande do Norte, que criou o Município de Campo Redondo. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 435-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 31, de 1965, que suspende a execução dos artigos 9º e 19 da Lei nº 6.895, de 1º de setembro de 1962, do Estado de São Paulo. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 436-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 32, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 897, de 5 de abril de 1963, do Estado de Santa Catarina. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 437-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 1964, (número 50-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1951, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma A. Pereira Gonçalves. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 438-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1964 (número 41-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma Nogueira. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 439-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1964 (número 32-A-66, na Casa de origem), que determina o registro do termo do

escritura pública, de 31 de dezembro de 1956 re-afirmado a 7 de maio de 1957, de aquisição de imóvel, em decorrência de desapropriação onerosa, que pertenciam Maria Imaculada Santos Almeida e outro à União Federal. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 440-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1964 (número 95-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olívio Carneiro. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 441-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1964, (número 72-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Portos, Rio e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Limitada. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 442-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1964 (número 66-A-63, na Casa de origem), que determina o registro do contrato celebrado, em 26 de julho de 1955, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura com a firma "Irmãos Barreto". — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 443-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1964 (número 75-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a IBM World Trade Corporation. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 444-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1964 (número 79-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado aos 31 de maio de 1957 e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Firma Construtora Alcindo S. Vieira Limitada. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 445-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1964 (número 108-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de conciliação e Julgamento de Sorocaba e Waldemar Ferreira Telles. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 446-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1964 (número 81-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 4 de outubro de 1956, entre a União Federal e a Rádio Cultura de Aracatuba São Paulo. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 447-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1964 (número 133-A-62, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda celebrado, aos 30 de dezembro de 1953, entre a União Federal e Anna Augusta de Figueiredo. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 448-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1964, (número 86-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato, celebrado a 5 de novembro de 1953, de revigoramento de aforamento do terreno de marinha, que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar Sociedade Anônima". — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 449-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 136, de 1964 (número 77-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de escritura de compra e venda de um imóvel, celebrado a 17 de 3 de 1954, entre a União Federal e Feliciano Miguel Abdala. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 450-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 1964 (número 87-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 451-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1964 (número 78-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Elétrico. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 452-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 1964 (número 155-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado entre a Superintendência do ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e Ana Maria de Azevedo Coutinho, para locação de imóvel. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 453-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 1964 (número 40-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de Contrato celebrado, a 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima. — Senador Sebastião Archer — favorável.

Parecer nº 458-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1963 (número 164-B-63, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo das Utilidades Pacíficas da Energia Atômica, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica, firmado em Brasília, a

9 de junho de 1961. — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 459-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1964 (número 71-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 20 de maio de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto. — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 490-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1964 (número 106-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation. — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 491-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 125, de 1964 (número 134-A-62, na Casa de origem), que determina o registro do termo de contrato celebrado, em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Raimundo Ribeiro Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 492-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 133, de 1964 (número 65-A-64, na Casa de origem), que determina o registro do termo de contrato celebrado, em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 493-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 150, de 1964 (número 98-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 7 de agosto de 1951, entre o Governo da União e o Estado de Goiás — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 494-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 151, de 1964 (número 96-A-63, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termos de contratos celebrados, em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alirio Cesar de Oliveira, Carlos Mancel Coberet Damasceno, Tevelino Guapindaia e Luiz Alves — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 495-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 153, de 1964 (número 133-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, para empréstimo de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros). — Senador Josaphat Marinho — favorável.

Parecer nº 496-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 155, de 1964 (número 135-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1963, entre o Governo Brasileiro e a Moto-

Import de Varsóvia, empresa estatal da Polônia. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 497-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 100, de 1964 (número 171-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 498-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 165, de 1964 (nº 172-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 499-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 1964 (nº 173-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de Registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde Dr. Eiras Ltda. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 500-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 165, de 1964 (nº 172-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953 entre o Governo Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 501-65

Redação para discussão complementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 164, de 1964 (nº 88-A-63, na Casa de origem), que determina o registro do termo, de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda para efetivação de desapropriação de imóveis em Recife, Pernambuco. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 502-65

Projeto de Resolução nº 34, de 1935, que suspende a execução do Decreto-Lei número 1.076, de 31 de março de 1944, do Estado de Minas Gerais, na parte em que cria a tributação sobre o açúcar. — Senador Antônio Carlos — Favorável à remessa do projeto à Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer nº 517-65

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 28, de 1965 (nº 2.637-B-65, na Casa de origem), que altera o artigo 4º da Lei número 2.391, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 518-65

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1964 (nº 1.066-B-63, na Casa de origem), que revoga o artigo 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 19 de maio de 1942. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 519-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1965, que suspende a execução das leis números 2.385, de 26 de dezembro de 1957 e número 2.086, de 27 de dezembro de 1957, do Estado de Alagoas. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 531-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1965 (nº 2.594-B-65, na Casa de origem), que complementa a Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores. — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 534, de 1965

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1964 (nº 1.220-B, de 1963, na Casa de origem), que isenta de impostos e taxas, por cinco anos, todos os produtos de origem animal e vegetal oriundos da área do Distrito Federal. — Senador Lobão da Silveira — Favorável.

Parecer nº 595, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1964 (nº 4.187-B, de 1962, na Casa de origem), que altera o art. 17 do Decreto-lei nº 4.014 de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro. — Senador Lobão da Silveira — favorável com emenda.

Parecer nº 596, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1964, (nº 941-B, de 1963, na Casa de origem), que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências. — Senador Lobão da Silveira — Favorável.

Parecer nº 597, de 1965

Redação do vencido, para 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1964 que dispõe sobre a profissão de protético dentário. — Senador Antônio Carlos — Favorável.

Parecer nº 598, de 1965

Projeto de Resolução nº 23, de 1965, — Senador Emílio Rezende — Remessa à Comissão de Constituição e Justiça para exame da matéria.

Parecer nº 599, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1965 (nº 225-A, de 1965, na Casa de origem), que autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas à República Dominicana, e dá outras providências. — Senador Antônio Carlos. — Favorável com 3 emendas.

Parecer nº 606, de 1965

Redação do vencido, para 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1963 que concede o título honorífico "post mortem" de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill. — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 609, de 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1963, que dispõe sobre a redução de 50% nos fretes da Rede Ferroviária Federal S.A., para transporte de adubos, fertilizantes e ferragens. — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 611, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1965 (nº 2.592-B, de 1965, na Casa de origem), que

sobre os cursos de teatro e regulamentação as categorias profissionais correspondentes; de iniciativa do Sr. Presidente da República. — Senador Walfrido Gurgel — Favorável.

Parecer nº 612, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (nº 2.640-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o seguro do crédito à exportação, e dá outras providências. — Senador Walfrido Gurgel — Favorável.

Parecer nº 613, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1965 (nº 2.644-B, de 1965, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 103.300.000 para o fim que especifica; de iniciativa do Sr. Presidente da República. — Senador Walfrido Gurgel — Favorável.

Parecer nº 614, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1965 (nº 2.647-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.200.000.000, para o fim que menciona. — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 615, de 1965

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1965 (nº 2.660-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar. — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 616, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1965 (nº 2.709-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços, e dá outras providências. — Senador Walfrido Gurgel — Favorável.

Parecer nº 623, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965 (nº 2.221-B, de 1964, na Casa de origem), que abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963 (IPC). — Senador Walfrido Gurgel

Parecer nº 624, de 1965

Redação, para turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 (nº 2.593, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências. — Senador Walfrido Gurgel — Favorável.

Parecer nº 628, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1965 (nº 2.653-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que

disposições dos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948, e dá outras providências. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 629, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1965 (nº 2.655-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Parecer nº 630, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965, (nº 2.603-B, de 1965, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências. — Senador Edmundo Levy — Favorável.

Parecer nº 631, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1965 (nº 2.703-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, custos e outras despesas que recaem sobre mercadorias e equipamentos importados (e doados), mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências. — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

COMISSÃO DE TRANSPORTES COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MAIO DE 1965

Presidente: Senador Lopes da Costa

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1964, que inclui no Plano Rodoviário Nacional, a ligação Lábrea (Amazonas) à BR-29 (Rondonia).

Senador Lopes da Costa.

Pela aprovação.

Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1965, que dispõe sobre abatimento dos preços de passagens nas ferrovias federais e de taxas telegráficas.

Senador Lopes da Costa.

Solicitando diligência do Departamento de Correios e Telégrafos e da Rede F. Federal.

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1964, que inclui com caráter preferencial, no Plano Nacional de Viação, a construção de ponte rodoviária, em Propriá, Estado de Sergipe.

Senador Arnon de Mello

Pela aprovação.

SÍNTESE

Reuniões: 1 (uma).

Ofícios Expedidos: 2 (dois).

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente	— Moura Andrade (PSD)
Vice	— Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	— Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário	— Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	— Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	— Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	— Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	— Guido Mondin (PSD)
3º Suplente	— Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente	— Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. Jose Guimaraes — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Antonio Carlos — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. Jose Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. Jose Ermirio — Pernambuco
4. Arthur Virgílio — Amazonas	12. Silvestre Pérciles — Alagoas
5. Antônio Jucá — Ceará	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Dix Huit Rosado — R. G. Norte	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	15. Mello Braga — Paraná
	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	65
	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Vice-Líderes	(sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aurélio Vianna (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
	Júlio Leite (PR)	Miguel Couto (PSP)
		Arnon de Mello (PDC)
		Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto

Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos

Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Líder
Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Líder
Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite

José Ermirio
Nelson Maculan

Lopes da Costa
Antônio Carlos

Dylton Costa

PSD

Suplentes
1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

PTB

Suplentes
1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

Suplentes
1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

Suplentes
1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Antônio Balbino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

PSD

Suplentes
1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedicto Valladares

PTB
 Edmundo Levi
 Benezerra Neto
 Arthur Virgílio

UDN
 1. Daniel Krieger
 2. Eurico Rezende
 2. João Agripino

BPI
 1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
 Pedro Ludovico
 Walfredo Gurgel

SUPLENTE
 1. José Feliciano
 2. Benedicto Valladares

PTB
 1. Bezerra Neto
 2. Antônio Jucá

UDN
 1. Zacarias de Assunção
 2. Lopes da Costa

BPI
 1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana
 Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
 Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite

SUPLENTE
 1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer

PTB
 1. Bezerra Neto
 2. Mello Braga

UDN
 1. Zacharias de Assunção
 2. José Cândido
 3. Mem de Sá

BPI
 1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Walfredo Gurgel

SUPLENTE
 1. Benedicto Valladares
 2. Sigefredo Pacheco

PTB
 1. Edmundo Levi
 2. Mello Braga

UDN
 1. Afonso Arinos
 2. Faria Tavares

BPI
 1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 h

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo
 Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES
 Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfredo Gurgel

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz
 Antônio Jucá

Faria Tavares
 Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano
 Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

TITULARES
 José Feliciano
 Atílio Fontana

SUPLENTE
 1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer

PTB
 1. Vivaldo Lima
 2. Oscar Passos

UDN
 1. Lopes da Costa
 2. Eurico Rezende

BPI
 1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
 Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

TITULARES
 Ruy Carneiro
 Walfredo Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros

SUPLENTE
 1. José Guimard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira

PTB
 1. Antônio Jucá
 2. Pessoa de Queiroz

UDN
 1. Lopes da Costa
 2. Zacharias de Assunção

BPI
 1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
 Benedicto Valladares
 Jefferson de Aguiar

SUPLENTE
 1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller

PTB
 1. Nelson Maculan
 2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Wilson Gonçalves
José Guimard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

José Ermírio
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Meilo

Reuniões: Terças-feira, às 10 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guimard

PSD

SUPLENTE

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB

Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

Lopes da Costa

1. Irineu Bornhausen

BPI

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO ACROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigifredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermírio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — Transportes Ferroviários — PSD.
Sigifredo Pacheco — PSD.
José Ermírio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — Transportes Marítimos — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD
Sigifredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
José Ermírio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD
Vaga — PSD
Vasconcelos Torres — PTB
Heribaldo Vieira — UDN
Aurélio Vianna — PSB

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPOE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PIN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Flinto Muller — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Josaphat Marinho — Sem legenda
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Miguel Couto — PSP
Cattete Pinheiro — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende — UDN
João Agripino — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Aurélio Vianna — Relator — PSB

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
... vaga — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN
Menezes Pimentel — PSD
Eurico Rezende — Relator — UDN
Silvestre Péricles — Presidente — PTB
João Agripino — UDN

Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PTB
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITA DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL — MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfredo Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfredo Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, ao art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns;

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Artur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Juca — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139 I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irineu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

COMISSÃO MISTA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD
Vaga — PSD
Sigefredo Pacheco — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Edmundo Levi — PTB
Adolpho Franco — UDN
João Agripino — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — Sem legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD
Aderbal Jurema — PSD
Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo Deputado Arnaldo Nogueira)
Heltor Dias — UDN
Doutel de Andrade — PTB
Arnaldo Cerdeira — PSP
Juares Távora — PDC
Ewaldo Pinto — MTR